

A. I. N° - 118973.0042/05-0
AUTUADO - MJ COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
AUTUANTE - THILDO DOS SANTOS GAMA
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 08.09.2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0314-01/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** OMISSÃO DE SAÍDAS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. A diferença nas quantidades de entradas de mercadorias, apurada mediante levantamento quantitativo de estoques, indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. **b).** MERCADORIAS EXISTENTES FISICAMENTE EM ESTOQUE SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Constatando-se, em exercício aberto, diferenças de entradas através de levantamento quantitativo, estando as mercadorias ainda fisicamente em estoque, é devido o pagamento do imposto pelo sujeito passivo, na condição de responsável solidário, por ser detentor de mercadorias recebidas de terceiros desacompanhas de documentação fiscal. Efetuada a correção no cálculo do imposto, com concessão do crédito presumido de 8%. Infrações parcialmente subsistentes. Rejeitada preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/04/2005, mediante levantamento quantitativo de estoque, por espécie de mercadoria em exercício aberto, imputa ao autuado as seguintes infrações:

1. Falta de recolhimento do imposto, pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis anteriormente, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de contabilização da entrada de mercadorias, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas empregadas no pagamento das citadas entradas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias no período de 01/01/05 a 07/04/05, com a exigência do ICMS no valor de R\$ 118,83;
2. Falta de recolhimento do imposto decorrente da existência de mercadorias em estoque desacompanhadas de documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, em decorrência da falta de contabilização de entrada de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadoria período de 01/01/05 a 07/04/05, exigindo ICMS no valor de R\$ 3.668,09.

O autuado impugnou o lançamento fiscal, às fls. 44 e 45, afirmando não realizar operações com mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais, anexando como prova de suas alegações

cópias de notas fiscais e do Livro Registro de Entradas. Declara não ter apresentado as notas fiscais oportunamente, por não ter sido intimado para tanto pelo preposto fiscal.

Assevera que a intenção do legislador ao tratar da presunção de omissão de saídas é punir a omissão dolosa, ou seja, aquela através da qual o contribuinte visa a obter vantagem indevida do Estado, realizando sonegação fiscal – o que não se caracteriza no presente caso, visto que é apresentada toda a documentação fiscal e o seu registro no devido livro.

Conclui requerendo a nulidade do Auto de Infração, ou a sua improcedência.

Na informação fiscal, fls. 73 a 75, o autuante assevera que a constatação de omissão de entradas e de saídas teve por base levantamento de estoque em aberto, quando foram analisados o Livro de Inventário e diversas notas de entrada da empresa (fls. 17 a 39). Observa que as notas fiscais utilizadas como prova pelo autuado se referem aos exercícios de 2003 a 2005 e que, entretanto, não estão registradas no Livro de Inventário.

Conclui solicitando que o Auto de Infração seja julgado totalmente procedente.

VOTO

O presente Auto de Infração é decorrente de levantamento quantitativo de estoques, por espécies de mercadorias, em exercício aberto, referente ao período de 01/01/2005 a 07/04/05, sendo constatada falta de recolhimento do imposto, tanto pela presunção de omissão de saídas como pela constatação de existência de mercadorias em estoque desacobertas da respectiva documentação fiscal.

Inicialmente afastado o pedido de nulidade ou improcedência suscitado pelo sujeito passivo, tendo em vista que o levantamento quantitativo de estoque foi realizado atendendo as orientações legais, estando respaldado nos demonstrativos, nos documentos fiscais e no Livro Registro de Inventário, tendo o autuado demonstrado pleno conhecimento dos fatos arrolados na ação fiscal, tendo o autuado recebido todos os demonstrativos que deram suporte à autuação o que possibilitou o pleno exercício de defesa pelo autuado. Ademais, não se observa qualquer erro ou vício especificado no art. 18, do RPAF/99, que possibilite sua decretação.

Adentrando no mérito da autuação e após a análise das peças que compõem o PAF, verifico que o autuado em sua defesa inicial apresentou algumas cópias de notas fiscais para comprovar as entradas de alguns produtos, entretanto observo que nesses documentos não constam as mercadorias identificadas durante a ação fiscal. Constato que, inversamente ao que foi afirmado pelo autuado, consta nos autos o Termo de Intimação Fiscal para apresentação de documentos e livros fiscais, data em que teve início a ação fiscal.

Não obstante isso, refaço os cálculos do imposto devido, atribuindo o crédito de 8% sobre o total da omissão apurada, de acordo com o art. 19, § 1º da Lei nº. 7.357/98 combinado com o art. 408-S, § 1º, do RICMS/BA (Dec. 6.284/97), tendo em vista que o autuado se trata de contribuinte optante pelo Regime SIMBAHIA – Empresa de Pequeno Porte. Por isso, fica alterado o imposto exigido na infração 01 para R\$ 62,91 e na infração 02 para R\$ 1.941,93.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração para exigir ICMS no valor total de R\$2.004,84.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **118973.0042/05-0**, lavrado contra **MJ COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO**, devendo ser intimado

o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.004,84**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº. 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 1º de setembro de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR